



Relatório da 2ª Reunião Anual - 2020

Grupo de Trabalho: Finanças Verdes

Consultor-âncora: Leonardo Werneck

Data: 25/11/2020

Índice

| | |
|--|----|
| PARTICIPANTES ----- | 2 |
| AGENDA DA REUNIÃO----- | 2 |
| RELATO DA REUNIÃO----- | 3 |
| Introdução e Objetivos da Reunião ----- | 3 |
| Subgrupo: Títulos Verdes e Mercado de Capitais ----- | 3 |
| Subgrupo: Agricultura Sustentável e Uso da Terra ----- | 7 |
| Subgrupo: Água, Saneamento e Resíduos ----- | 10 |
| Subgrupo de Energia----- | 13 |
| CONCLUSÃO E ENCERRAMENTO----- | 15 |

PARTICIPANTES

| | | |
|--|--|---|
| Ilana Ferreira Abcon | Silvio Arudini Banco Central | Gustavo Ribeiro Caixa Econômica Federal |
| Amanda Bior ABDE | Ana Lucia Soares Banco do Brasil | Julia Ambrosano CBI |
| Flavia Moraes ABDE | Jorge Gildi Banco do Brasil | Maria Luiza CBI |
| Leandro ABDE | Francine Varouf BID | Fernanda Ramos CNC |
| Mariana Oliveira ABDE | Johan Arroyo Lopes BID | Katia Fenyves Consulado Britânico |
| Stefano Giarelli Abesco | Luciano Schweiser BID | Joana Chiavari CPI |
| Adriana Albanese Cruz Aegea | Maria Netto BID | Ana Salarini CVM |
| Lamine Sow AFD | Silvana Bianco BID | Claudio Maes CVM |
| Marco Fujihara Agreggo | Rodrigo Ferreira BID | Daniela Baccas CVM |
| Leila Harfuch Agroicone | Gabriel Gones BNDES | Flavio Donizete CVM |
| Gabriela Goulart ANBIMA | Nina Vieira BNDES | Thais Tannus FEBRABAN |
| Catarina Pedrosa APIMEC | Rodrigo Bacellar BNDES | Fernando Campos Fundação Boticário |
| Eduardo Werneck APIMEC | Claudia Amarante BNDES | Daniel Ricas GIZ |
| Claudio Filgueiras Banco Central | Fernando Guimarães BRDE | Sebastian Sommer GIZ |

| | | |
|--|---|--|
| Renato Frascino Grupo Gaia | Leonardo Werneck LAB | Alexandre Henriksen MME |
| Gabriel Lui iCS | Rebeca Orosco LAB | Samira Carmo MME |
| Gustavo Pinheiro iCS | Ricardo Lima LAB | Marcelo Sigoli PenseEco |
| Kamyla Borges iCS | Ricardo Nogueira LAB | Marcelo Curi Petrobras |
| Igino Zucchi Independente | Beatriz Rocha LDR | Fernando Folle Previc |
| Renato Issatugo Independente | Thiago Wscieklica Mannuci Advogados | Marcelo Seraphim PRI |
| Renata Moraes Instituto Iguá | José Angelo Mazzillo Júnior MAPA | Dulce Benke Proactiva Agro |
| Alexandre Gazzoti Itaú | Denise Seabra MDR | Orlando Editore Proactiva Agro |
| Antonio Teixeira JPG | Alexandre Carneiro Minfra | Michael Turnbull Resultante |
| Gabriela El-Jaick JGP | Rafael Furtado Minfra | Luciane Moessa SIS |
| Julia Bretz JPG | Renata Helena da Silva Minfra | Marina Briant SITAWI |
| Priscila Praum de Moraes Kaeté Investimentos | George Yun Minfra | Mauricio Barbeiro SITAWI |
| Carolina Griggs LAB | Mateus Amaral Minfra | Tatiana Assali SITAWI |
| Enilce Leite Melo LAB | Samira Sara MME | Mariana David Stocche Forbes |
| Larissa Mazolli LAB | Alexandra Maciel MME | Carina Montenegro Stocche Forbes |

Caroline Prolo
Stocche Forbes

Melissa Rodrigues
Stocche Forbes

Mateus Treuk
VERT

Julia Franco
Stocche Forbes

Alexei Bonamin
TozziniFreire

Laura Albuquerque
Way Carbon

Matheus Penindo
Stocche Forbes

Felipe Simoeti Rogado
VERT

Ricardo Formento
WEG

AGENDA DA REUNIÃO

| Hora | Conteúdo | Palestrante |
|---|---|--|
| 15:00 - 15:10 | Abertura (10 min) | ABDE BID CVM GIZ |
| 15:10 - 15:15 | Introdução: Agenda e Objetivos da Reunião (5 min) | <i>Leonardo Werneck</i> |
| Subgrupo Títulos Verdes e Mercado de Capitais (40 min) | | |
| 15:15 - 15:25 | Atualização geral de Iniciativas (10 min) | <i>Bruno Youssif</i> |
| 15:25 - 15:35 | Mercado de Carbono (10 min) | <i>Caroline Prolo</i> <i>Comentários: Guido Penido (WB)</i> |
| 15:35 - 15:40 | Reflexões (5 min) | <i>Membros GT</i> |
| 15:40 - 15:50 | Taxonomia (10 min) | <i>Daniela Baccas</i> <i>Comentários: Banco Central</i> |
| 15:50 - 15:55 | Reflexões (5 min) | <i>Membros GT</i> |
| Subgrupo Agricultura Sustentável e Uso da Terra (40 min) | | |
| 15:55 - 16:05 | Atualização geral de Iniciativas (10 min) | <i>Rodrigo Lima</i> |
| 16:05 - 16:15 | Programa ABC (10 min) <i>Comentários</i> | <i>Leila Harfuch</i> <i>Ministério da Agricultura</i> |
| 16:15 - 16:20 | <i>Reflexões (5 min)</i> | <i>Membros GT</i> |
| 16:20 - 16:30 | <i>Roadmap Bioeconomia (10 min)</i> | <i>Rodrigo Lima</i> |
| 16:30 - 16:35 | <i>Reflexões (5 min)</i> | <i>Membros GT</i> |
| Subgrupo Saneamento (40 min) | | |
| 16:35 - 16:45 | Atualização geral de Iniciativas (10 min) | <i>Carolina Griggs</i> |
| 16:45 - 17:05 | Critérios ASG e Impactos em Saneamento e Resíduos Sólidos (20 min) | <i>Marina Briant</i> |
| 17:05 - 17:10 | Comentários (5 min) | <i>Denise Seabra - MDR</i> |
| 17:10 - 17:15 | Reflexões (5 min) | <i>Membros GT</i> |
| Subgrupo Energia (40 min) | | |
| 17:15 - 17:25 | Atualização geral de Iniciativas (10 min) | <i>Ricardo Nogueira</i> |
| 17:25 - 17:35 | Fundo Garantidor FGEE (10 min) | <i>Rodrigo Bacellar - BNDES</i> |
| 17:35 - 17:45 | Certificados de Recebíveis de Eficiência Energética (CREE) (10 min) | <i>Thiago Wscieklica</i> |
| 17:45 - 17:50 | Comentários (5 min) | <i>Ministério Minas Energia</i> |
| 17:50 - 17:55 | Reflexões (5 min) | <i>Membros GT</i> |

RELATO DA REUNIÃO

Introdução e Objetivos da Reunião

Desde a última reunião do GT de Finanças Verdes, realizada em junho, houve vários avanços e conclusão de trabalhos iniciados em ciclos anteriores do LAB. Apesar do contexto de pandemia global não ter permitido a realização de reuniões presenciais, o ano de 2020 foi marcado por uma forte participação e presença dos membros dos subgrupos. O principal objetivo dessa reunião foi **planejar e acordar as atividades que serão executadas no próximo ciclo, apresentar os acordos e as propostas, por subgrupos, sobre como serão tratados os diferentes temas**. Além disso, esta reunião busca avançar na identificação:

- i. De iniciativas ou frentes de trabalho que os membros do GT desejam atuar de forma mais dedicada;
- ii. De lideranças potenciais para as iniciativas e oportunidades para aprofundar conteúdos e incluir temas relevantes que não estejam sendo tratados.

Foi feito um rápido relato e o convite para o webinar de apresentação da iniciativa “Toolbox for Sustainable Finance”, desenvolvida pelo Projeto FiBras, com apoio do LAB, a ser realizado no dia 30 de novembro. A iniciativa consiste na construção de uma caixa de ferramentas para o desenvolvimento de uma estratégia para a promoção das finanças sustentáveis, que embora tenha abrangência global, terá no Brasil o seu piloto de implementação. A apresentação trará os resultados dessa iniciativa, no formato de um *roadmap* que propõe um arcabouço regulatório de políticas públicas e regulatórias específicas para fomentar as finanças sustentáveis no Brasil.

A atuação do GT Finanças Verdes se dá por meio de 4 subgrupos, 3 setoriais e 1 transversal. Nessa reunião será feita uma atualização geral das iniciativas de cada subgrupo, com ênfase em algumas iniciativas-chave em cada um dos subgrupos.

Subgrupo: Títulos Verdes e Mercado de Capitais

O subgrupo de títulos verdes e mercado de capitais tem caráter transversal, portanto, trata de temas de mercado de capitais e finanças verdes que perpassam as outras temáticas do Grupo. Nesse ciclo, foram definidas três frentes de trabalho que serão desenvolvidas no âmbito desse subgrupo:

1. Taxonomia
2. Mercado de Carbono
3. Produtos Financeiros Verdes

Como todas as iniciativas deste subgrupo se iniciaram neste ciclo, passou-se pelo processo de definição de liderança, do escopo de trabalho para elaboração do plano de trabalho e identificação dos membros interessados em contribuir e colaborar para a construção da iniciativa. No caso da iniciativa de Produtos Financeiros verdes, foram identificados temas passíveis de pilotagem, contudo, ainda estão sendo definidos a liderança e o escopo de trabalho. Dessa forma, a reunião focou nas duas outras iniciativas que já têm suas lideranças definidas e já avançaram na definição do plano de trabalho.

| Iniciativa | Objetivos Principais | Liderança | Status |
|------------------------------------|--|--|--|
| Taxonomia | Nivelar conhecimento sobre taxonomias em sustentabilidade. Capturar as principais tendências e discussões relativas às taxonomias. | <i>Daniela Baccas (CVM)</i> | Primeira proposta de plano de trabalho e cronograma foi elaborada e segue para etapa de avaliação e comentários dos membros |
| Mercado de Carbono | Nivelar o entendimento e disseminar o conhecimento sobre o tema. Promover discussão sobre transparência e maior segurança jurídica. | <i>Caroline Prolo (Stocche Forbes)</i> | Primeira proposta de plano de trabalho e cronograma foi elaborada e segue para etapa de avaliação e comentários dos membros |
| Produtos Financeiros Verdes | Contribuir para a avaliação de viabilidade e ganho de escala de produtos financeiros verdes. Estimular o ingresso de médias empresas ao mercado de capitais, com ênfase na promoção de boas práticas socioambientais na cadeia de valor | <i>Em definição</i> | <i>Em definição</i> |

- **Iniciativa de Mercado de Carbono**

Foi apresentada a líder da iniciativa de Mercado de Carbono, Caroline Prolo, da Stocche Forbes, apresentou a iniciativa de mercado de carbono.

Essa iniciativa se insere em um contexto de maior evidência desse tema, com o avanço da temática de mercados de carbono em nível internacional e uma maior mobilização do setor privado traduzida na proposição de metas de neutralização das emissões, bem como em um interesse crescente de atores do setor financeiro. Percebe-se uma movimentação grande no contexto de mercados voluntários, e em torno da comercialização de créditos de carbono para compensação e atingimento de metas propostas no setor privado. No Brasil, também pode ser percebido um avanço dessa agenda, a exemplo do RenovaBio, como instrumento semelhante a um mercado de carbono, os *offsets* florestais ganhando novas possibilidades com mercado de REDD e perspectivas do Acordo de Paris e o avanço do PMR (*Partnership for Market Readiness*), projeto do Banco Mundial conduzido em parceria com o Ministério da Economia. É importante, portanto, trabalhar no entendimento de como o LAB pode interagir e se articular com essas iniciativas e tendências em torno da temática de mercados de carbono.

A iniciativa se encontra em fase de alinhamento do plano de trabalho, que já tem uma primeira proposta que será validada com os demais membros. A proposta inicial divide-se em quatro pilares de trabalho:

- 1- **Pilar educacional:** Nivelamento de conhecimento entre os membros do grupo
- 2- **Pilar Analítico:** Mapeamento das experiências que existem no Brasil e internacionalmente para resolver possíveis gargalos
- 3- **Pilar Propositivo:** Essa fase exigirá um maior nível de maturidade do debate, que se espera alcançar a partir das atividades educacionais e de mapeamento. O objetivo é elaborar um *roadmap* para apoiar a proposição de soluções para os gargalos identificados, entre as quais para garantir segurança jurídica e maior transparência para os mercados de carbono.
- 4- **Engajamento com os reguladores:** potencial atuação no contexto do projeto PMR. Haverá uma proposta efetiva de criação de um sistema de comércio de emissões através de uma consulta pública, na qual o LAB pode se mobilizar para contribuir.

O representante do Banco Mundial fez uma breve apresentação sobre o PMR e a relevância do debate sobre os mercados de carbono.

O PMR é um projeto internacional que tem como objetivo principal explorar alternativas de precificação de carbono para subsidiar o governo brasileiro com as melhores informações disponíveis para elaboração de suas políticas climáticas. Houve um maior foco em Sistemas de Comércio de Emissão, na abordagem jurisdicional, que é um mercado regulado de carbono, no âmbito nacional, que é diferente de um mercado voluntário. Algumas considerações relevantes sobre a temática de mercado de carbono e o Projeto PMR:

- O Brasil ainda não tem estratégia definida para o cumprimento da NDC, que se trata de uma meta *economy wide*. O estudo PMR visa apoiar com informações que suportem essa definição, olhando as tendências e evolução dos instrumentos de precificação de carbono.
- A precificação de carbono é apontada como uma das ferramentas para cumprimento das metas da NDC, com foco no sistema de comércio de emissões.
- O estudo buscou trabalhar sob a ótica de como proteger a competitividade nacional, como lidar com questões de *leakage*, formas de flexibilizar a reciclagem de receitas, olhando de uma forma completa para todos os aspectos.

O Projeto PMR termina no final do ano e a proposta gerada será colocada em consulta pública para receber feedbacks e contribuições.

Foi enfatizada a importância do mapeamento do entendimento acerca de Mercados de Carbono voluntário, e de questões em relação à garantia de segurança jurídica e transparência Mercado voluntário, para diagnóstico e informação mais transparentes acerca do seu potencial. E em paralelo, o apoio ao mercado regulado que está sendo conduzido pelo governo através do Projeto PMR.

- **Iniciativa de Taxonomia**

As atualizações do andamento da iniciativa de Taxonomia foram trazidas pela líder da iniciativa, Daniela Baccas, da CVM. O plano de trabalho ainda está em construção, mas já percebemos a necessidade de realizarmos um mapeamento, como uma etapa inicial, para o nivelamento de

conhecimento, com o intuito principal de trazer a discussão já existente sobre taxonomia verde em nível internacional, como subsídio para o mercado nacional. O objetivo é buscar entender as principais taxonomias existentes, como elas “conversam” entre si, como índices e indicadores também estão conectados e fomentar discussão sobre as tendências observadas.

Num segundo momento, há a intenção de que as reflexões sejam organizadas, resultando em uma publicação sintética de fácil acesso e entendimento, não só conceitual, mas também trazendo como as taxonomias se inter-relacionam, quais são os seus propósitos/finalidades, se é mercado/se é auto regulação, quem são os atores, de forma a permitir comparabilidade entre elas, contribuir para a mitigação do *greenwashing*, entre outros objetivos.

A partir desse mapeamento, espera-se que fiquem mais claros os próximos passos a se percorrer na iniciativa. Além disso, pretende-se realizar *Webinars*, para fomentar discussões específicas. Os aspectos sociais também são importantes, em particular no Brasil, e podem ser trabalhados envolvendo outros grupos de trabalho do LAB que de alguma forma se conectem com o tema.

O representante do Banco Central do Brasil, ressaltou a importância de que as iniciativas estejam alinhadas com as desenvolvidas no âmbito do mercado financeiro pelo Banco Central (BC), que apresentou na sequência.

O BC está começando pelo crédito rural, mas uma vez que sejam estabelecidos os critérios de sustentabilidade, é muito importante que estes estejam alinhados com o que está sendo discutido no mercado de capitais.

[A Agenda de Sustentabilidade do Banco Central](#) tem algumas dimensões. Pretende revisitar a política socioambiental do Banco, para trazer essas práticas para estruturas e gestão interna. Além disso, visa estabelecer políticas em que as linhas de crédito que atenderem critérios de sustentabilidade pré-estabelecidos terão mais recursos do que as demais linhas, chegando a até 20% a mais do que os outros que não tem.

A Parte de regulação, portanto, tem duas frentes importantes:

- Redefinição da política de responsabilidade socioambiental e inclusão da parte de risco climático.
- Transformação do sistema de crédito rural do Banco Central para um bureau verde de crédito rural, que terá uma trilha de critérios de sustentabilidade;

Os critérios irão para audiência pública, em fevereiro 2021, e espera-se que estejam disponíveis a partir de julho 2021, para que já se possa concretizar o crédito adicional de 20%.

Foi colocada a importância do debate sobre abordagem por fases ou integrada. A **Taxonomia da União Europeia**, por exemplo, priorizou o tema de clima, embora a agenda verde abranja seis objetivos ligados a agenda de sustentabilidade. A Taxonomia da UE também não incluiu o "S" e o "G" e não o vinculou de forma clara aos ODS. Na percepção de alguns membros, a abordagem por fases, assim como fez a EU, pode ser uma boa estratégia. Por outro lado, seria muito importante abordar o tema de biodiversidade no contexto do Brasil, uma vez que o país pode dar boas contribuições para o debate internacional, em particular quando se trata deste tópico. Recentemente foi publicado o estudo “Strengthening Synergies” <https://www.unep-wcmc.org/resources-and-data/strengthening-synergies>, da UNEP-WCMC, que trata das

sinergias de se abordar mudanças climáticas e biodiversidade, suportando vantagens de uma abordagem integrada.

Também foi colocado que a taxonomia e regulação da transição para baixo carbono são pontos importantes para não inibir iniciativas e incentivar a transição de forma que as empresas se sintam “confortáveis” para comunicar que estão na transição; evitando *greenwashing*, e tendo um apoio em termos de regulamentação e taxonomia para apoiar a transição climática.

Foi informado que a CPI – Climate Policy Initiative está elaborando a publicação “*Landscape de Climate finance*”, que faz um mapeamento dos recursos de finanças verdes, suas origens e mecanismos pelos quais eles chegam aos diferentes setores. No momento, estão trabalhando para realizar *landscapes* setoriais, e estão tentando entender como replicar esse exercício no Brasil, comparando com outras metodologias e taxonomias internacionais. Há uma grande interação do estudo com esse debate de taxonomia que está sendo colocado nesse subgrupo, que pode ser aproveitado.

Subgrupo: Agricultura Sustentável e Uso da Terra

As iniciativas e seus objetivos foram apresentadas brevemente, bem como a definição de lideranças e avanços, conforme descrito na tabela abaixo.

Novas iniciativas

1. Plataforma para fomentar investimentos verdes na agropecuária
2. Agropecuária de Baixo Carbono: Diversificação das Fontes de Investimento
3. Roadmap Finanças Verdes para Bioeconomia

Iniciativas em andamento

Sugestões à consulta da Climate Bonds Initiative (CBI): consulta pública para identificação das melhores práticas no setor agrícola brasileiro

| Iniciativa | Objetivos Principais | Liderança | Status |
|--|---|-------------------------|--|
| Plataforma para fomentar investimentos verdes na agropecuária | <p>Aprofundar compreensão sobre critérios e práticas sustentáveis para atrair investimentos verdes.</p> <p>Mapeamento de iniciativas, critérios, indicadores ASG com foco agricultura, gargalos, mecanismos financiamento, potenciais investidores.</p> | Dulce Benke (Proactiva) | <p>Esta iniciativa incorporou outra - proposta de “Indicadores ASG no setor agropecuário com foco no Brasil”</p> <p>Pretende-se incluir também vertente social, analisando possíveis conexões com GT de Impacto. O escopo da iniciativa está sendo redefinido.</p> |
| Agropecuária de Baixo Carbono: Diversificação das | Incrementar o financiamento das práticas de agropecuária de baixo carbono usando finanças verdes. | Em definição | Em definição |

| | | | |
|---|--|-----------------------------------|---|
| Fontes de Investimento | Gerar conscientização e conexão da agropecuária de baixo carbono com a agenda de finanças verdes. | | |
| Roadmap Finanças Verdes para Bioeconomia | Construir soluções que permitam criar, incentivar e financiar projetos de bioeconomia na Amazônia e outros biomas brasileiros, integrando diversos atores. | Em definição | Em definição |
| Climate Bonds Initiative (CBI): consulta pública para identificação das melhores práticas no setor agrícola brasileiro | Consolidar sugestões à Consulta Pública CBI sobre boas práticas para a agricultura utilizadas no Brasil | <i>Dulce Benke (Proactiva)</i> | Alinhamento entre Embrapa e CBI. Validação com MAPA, LAB e CBI. Documento do LAB será revisado para ser referenciado no documento do CBI. |
| Desmistificando os green bonds Fase 1: “Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio Verdes” | Disseminação de conhecimento sobre a temática | <i>Lucca Rizzo (Mattos Filho)</i> | Aguardando finalização da tradução do artigo para o inglês. Possivelmente será planejado Webinar para divulgação. |
| Fase 2: “As Letras de Crédito do Agronegócio Verdes (LCA Verde)” | Disseminação de conhecimento a temática | <i>Lucca Rizzo (Mattos Filho)</i> | Em elaboração – em definição a aplicação de questionário sobre LCA Verde para subsidiar publicação. |

- **Iniciativa Agropecuária de Baixo Carbono: Diversificação das Fontes de Investimento**

A iniciativa “Agropecuária de Baixo Carbono: Diversificação das Fontes de Investimento” tem como ponto de partida, por exemplo, a NDC Brasileira, que menciona práticas de agropecuária para mitigação climática. Portanto, é importante compreender de que forma serão aportados recursos para essas práticas e explorar essas possibilidades e conexões. A iniciativa possui uma frente de disseminação de conhecimento e pretende-se que seja construída com forte interação com MAPA e ME. Considera-se importante que o crédito privado possa financiar o setor agropecuário, para que o crédito público seja liberado para outras áreas.

Houve um breve relato sobre o Programa ABC e foram apontadas pelo representante do MAPA potenciais sinergias entre as iniciativas do LAB e às do Ministério.

[Programa ABC](#)

O Programa foi criado em 2010 para a COP de Copenhagen e implementado a partir de 2011, com foco em tecnologias para redução de emissões no setor agropecuário.

2020 marca o último ano do Plano, portanto, o MAPA está trabalhando em uma nova fase nesse plano. Recentemente, foi lançada [publicação](#), com a participação de diversos atores, que faz reflexões sobre o que foi atingido pelo plano ABC, quais foram os principais gargalos e desafios.

Em relação ao financiamento, o Plano ABC depende de recursos direcionados. As tecnologias demandam alto investimento, portanto, é estratégico trazer o mercado de finanças verdes para financiar essas tecnologias e práticas. Essa iniciativa que está sendo desenhada visa exatamente discutir como trazer as finanças verdes para financiar as tecnologias de baixo carbono.

Para a [nova fase do Plano ABC](#) que está sendo desenhada, serão incluídas novas tecnologias e o LAB é um lugar onde poderão ser debatidas essas soluções.

Em continuidade, foi comentado sobre as conexões entre a agenda do LAB e o MAPA. Atualmente, a principal missão do MAPA é fazer com que os recursos sustentáveis cheguem à agropecuária brasileira. Recentemente, foi concluído Memorando de Entendimento com a CBI, para definição de boas práticas e foi elaborado um questionário que teve como objetivo buscar maior aproximação com os investidores e entender o que esperam da agricultura brasileira, para mapear quais são os critérios e condições para que possam direcionar o crédito. O contato com investidores é fundamental para montar projetos que potencialmente sejam de interesse do mercado. Nesse sentido, o LAB poderia apoiar no refinamento da lista de quesitos e nessa aproximação. O MAPA quer fazer também seus próprios critérios, para produzir uma lista dos quesitos mínimos tratando do que seria agricultura sustentável. Em uma terceira frente, o MAPA também quer construir um material sobre os pontos positivos e boas práticas do agronegócio brasileiro, e apontar quais os aspectos negativos e desafios, além do papel que as finanças verdes desempenham nessa transformação. Foi informado que o MAPA realizará um Workshop virtual de Inovação Financeira do Agro, no dia 16 de dezembro.

Sobre as iniciativas que já estavam em andamento, tais como “sugestões à consulta pública da CBI para identificação das melhores práticas no setor agrícola brasileiro” o objetivo foi de trazer tecnologias ABC que são convergentes com os critérios de boas práticas da CBI. Além disso, há duas iniciativas dentro da série “Desmistificando os green bonds”, que preveem a elaboração de uma publicação sobre LCA verde, na linha de disseminação de conhecimento e geração de informação sobre essas temáticas, bem como a tradução para o inglês da publicação sobre CRAs Verdes.

- **Roadmap Bioeconomia**

Foi colocado o que se espera construir no âmbito da iniciativa “*Roadmap Finanças Verdes para Bioeconomia*”. Pretende-se abordar a agricultura de pequena escala, desenvolvida por pequenos produtores. Um desenho inicial da iniciativa já foi proposto, e o resultado esperado principal é a elaboração de um *roadmap* de finanças verdes para bioeconomia.

Atualmente, há diferentes visões sobre o que é bioeconomia, portanto, um dos intuitos dessa iniciativa é alinhar o conceito, apontar cases com potencial de escalabilidade, mapear obstáculos técnicos, engajar atores do mercado financeiro e buscar soluções inovadoras. Outra abordagem vislumbrada é entender formas de vincular estoque de carbono como ativos/colateral/garantias para financiamento, bem como a realização de um estudo de viabilidade para a criação uma zona franca para bioeconomia.

A *Climate Policy Initiative (CPI)* vem realizando um trabalho de revisão de literatura internacional buscando chegar a uma definição do termo de bioeconomia, pois como mencionado, é um termo com muitas definições e aberto a muitas interpretações. Esse trabalho concluiu que há pelo menos três visões distintas que acabam prevalecendo: i) biotecnologias, ii) biorecursos, iii) bioecológicas. A partir disso, foi realizado um levantamento sobre a recepção desse termo no Brasil, na academia, e no âmbito do Congresso e Ministérios. No momento não existem marcos regulatórios específicos para definição de bioeconomia, muito embora haja regulações que dispõem sobre aspectos relacionados a bioeconomia. Portanto, o que a CPI está buscando é identificar quais são os marcos regulatórios específicos que prevalecem com cada uma das visões. Esse trabalho está bastante alinhado com o que está sendo proposto nessa iniciativa do LAB, porque a partir desse mapeamento há a possibilidade de se buscar soluções específicas de financiamento para as diferentes alternativas, pois os instrumentos têm que estar conectados com cada um dos conceitos. O mapeamento sobre diferentes perspectivas e entendimentos é uma oportunidade para identificar e desenhar modelos de financiamento mais detalhados que atendam cada objetivo.

A importância em torno da discussão sobre a definição de bioeconomia foi reforçada, contudo, também seria importante realizar um mapeamento dos produtos financeiros que existem para estruturação de cadeias de valor. É fundamental criar segurança jurídica sobre o que se entende por bioeconomia. Para tal, devem ser observadas experiências em outros países, para tentar entender as estruturas e boas práticas para promover cadeias de valor. Com base nisso, pode-se identificar pilotos replicáveis para discutir no LAB do ponto de vista de financiamento.

No Brasil, o assunto de bioeconomia é um tema que inclui a agroenergia e a química renovável. Várias estratégias importantes para economia global foram forjadas a partir de 2010, que encontram em um *framework* do ecossistema de finanças e *blockchain*, um encaixe perfeito. A *tokenização* é um dos principais pontos de geração de valor, com origem sustentável e é um ponto extremamente importante na discussão.

Ainda pensando no contexto brasileiro, foi colocado que a visão de bioenergia é bastante forte. É importante discutir o que prevê o Programa Bioeconomia Brasil, e vale lembrar que há o plano de ação do MCTIC de bioeconomia (2018) e a maior parte do que está ali está em vigor.

Subgrupo: Água, Saneamento e Resíduos

Todas as iniciativas do subgrupo de saneamento têm uma transversalidade e conversam entre si, de forma que os quatro estudos vão se alimentar mutuamente.

As quatro iniciativas foram definidas ao final do ciclo anterior, e encontram-se em fases diferentes de desenvolvimento, e avançando. São elas:

1. Normas e regulação de mercado de capitais aplicáveis ao setor de saneamento: mapa regulatório
2. Estudo Barreiras à Emissão de Debêntures Incentivadas de Infraestrutura
3. Estruturas Financeiras Alternativas aos Prestadores Públicos de Serviços de Saneamento
4. Critérios ASG para processo de avaliação de investimentos em projetos de infraestrutura de saneamento

Nesta reunião a ênfase maior foi dada às iniciativas 2 e 4.

| Iniciativa | Objetivos Principais | Liderança | Status |
|--|---|--|---|
| Mapa Regulatório | Disseminar conhecimento sobre a utilização do mercado de capitais como fonte de recursos para ampliação e modernização dos projetos de saneamento básico no Brasil. | <i>Lucca Rizzo (Mattos Filho)</i> | Mapeamento concluído. Artigo em elaboração |
| Estudo Barreiras à emissão de debêntures incentivadas | Entender quais barreiras atores-chave do setor de saneamento enxergam para a emissão de debêntures incentivadas e financiamento | <i>Miriam Signor (Stocche Forbes)</i> | Elaborado questionário para subsidiar entrevista com atores-chave. Início processo entrevistas. |
| Estruturas Financeiras alternativas aos prestadores públicos de serviço de saneamento | Avaliar alternativas e oportunidades baseando-se no mapeamento da regulação e estudo das barreiras (iniciativas 1 e 2). | <i>(Machado Meyer)</i> | Análise e envio de comentários ao Plano de Trabalho pelos integrantes do LAB |
| Critérios ASG para processo de avaliação de investimento em projeto de Infraestrutura de Saneamento | Criar uma proposta de critérios ambientais, sociais e de governança para o setor de saneamento | <i>Viviane Kwon (Mattos Filho) e Julia Ambrosano (CBI)</i> | Elaborada lista compreensiva de potenciais critérios; Será dado início às entrevistas. |

Denise Seabra, do MDR, que é líder do Subgrupo Saneamento, teceu considerações às iniciativas do Subgrupo, e abordou o papel do mercado de capitais para o saneamento, bem como algumas atuações do Ministério.

- **Iniciativa de Estudo Barreiras à emissão de debêntures incentivadas**

A iniciativa “Estudo sobre Barreiras à emissão de debêntures incentivadas” está iniciando uma série de entrevistas junto a emissoras, fundos de investimento e associações do setor – para

entender como os atores do mercado veem as barreiras para acesso ao mercado de capitais, em especial a partir da emissão de debêntures.

Apesar do resultado excelente de aumento da emissão de debêntures superior à de 2018, a participação do setor de saneamento no mercado de capitais ainda é pequena, sendo, portanto, fundamental entender e conhecer as barreiras, se elas são reais ou fictícias, para entender como superá-las. Há uma janela de oportunidade para operadores poderem conhecer e incentivar a emissão de debêntures.

Percebe-se também um movimento gradual do veículo de investimento do plano de concessão, migrando do crédito de longo prazo para o mercado de capitais. Há, portanto, uma percepção de que para atender à necessidade de financiamento para os investimentos previstos para viabilizar o Plano Nacional de Saneamento Básico, será preciso uma maior participação do mercado de capitais.

Adicionalmente, o MDR está atuando na frente de finanças verdes, e assinou um memorando de entendimento com a CBI, e está com uma contratação em curso para desenvolvimento de *frameworks* para saneamento e segurança hídrica.

O MDR tem buscado fortalecer os instrumentos sob sua gestão para que a qualificação de projetos e que os investimentos sejam mais sustentáveis. As iniciativas conduzidas no âmbito do LAB vão auxiliar o MDR no desenvolvimento dessa temática.

- **Iniciativa de Critérios ASG para processo de avaliação de investimento em projeto de Infraestrutura de Saneamento**

A iniciativa “Critérios ASG para processo de avaliação de investimento em projeto de Infraestrutura de Saneamento” vai analisar primeiramente os critérios ASG para os bancos que usam recursos do programa FGTS para financiar projetos no setor.

No contexto dessa iniciativa foi feita uma apresentação sobre critérios ASG para projetos de infraestrutura trazendo a experiência no âmbito do UK FCDO *Brazil Green Finance Programme*. O trabalho consistiu em mapear e comparar os critérios ASG e de impacto para Saneamento e Resíduos Sólidos contidos em políticas de bancos multilaterais e certificações ASG voltadas para infraestrutura.

O estudo foca na etapa anterior ao crédito, e buscou realizar um *benchmark* da integração de critérios ASG na estruturação de projetos de infraestrutura e da regulação local relacionada. Dentre os resultados apresentados, foi possível notar que a adoção dos temas analisados foi relativamente ampla, com 12 dos 14 temas sendo contemplados por ao menos 60% dos analisados.

Foram apresentados os principais resultados de projetos como o mapa de quais temas tem maior recorrência e principais temas abordados pelos *benchmarks* do grupo setorial.

- Temas mais abordados: gestão de riscos ASG, eficiência de recursos e prevenção da poluição e conservação da biodiversidade;
- Temas menos abordados: socioambientais na cadeia de fornecimento e redução da pobreza e desenvolvimento local;

- Equidade de gênero é abordado com adesão parcial ou insuficiente.

O material apresentado ainda está em processo de validação final e será amplamente divulgado quando tiver sua versão final.

Subgrupo de Energia

Foram apresentadas as principais atualizações sobre as iniciativas que estão sendo conduzidas no âmbito do subgrupo de energia, apresentadas na tabela abaixo. Nessa reunião, foi dada ênfase nas iniciativas 3. Certificados de Recebíveis da Eficiência Energética e Geração Distribuída de Energias Renováveis (CREE) e 6. FGEnergia.

Iniciativas novas

1. Mapeamento de Instrumentos Financeiros
2. *White Certificates*

Iniciativas em andamento

3. Certificados de Recebíveis da Eficiência Energética e Geração Distribuída de Energias Renováveis (CREE)
4. Modelo de Financiamento *off-balance sheet* para projetos de eficiência energética
5. Barreiras ao acesso às Debêntures Incentivadas de Infraestrutura por empresas atuantes no ecossistema elétrico
6. Fundo Garantidor de Crédito para Eficiência Energética

| Iniciativa | Objetivos Principais | Liderança | Status |
|--|--|---|---|
| Mapeamento de Instrumentos Financeiros | Comparar e analisar técnica e juridicamente estruturas de financiamento e instrumentos financeiros para servir de referência aos empreendedores dos setores de EE e GD. | <i>Laura Souza/Felipe Baracat (Machado Meyer)</i> | Primeira proposta de plano de trabalho foi encaminhada para avaliação dos membros do grupo |
| <i>White Certificates</i> | Construir conhecimento e gerar maior entendimento do instrumento <i>White Certificates</i> Analisar sua aplicabilidade no mercado brasileiro | <i>Miriam Signor (Stocche Forbes)</i> <i>Thiago Wscieklica (Consultor)</i> | Plano de Trabalho em definição. Foi priorizado o trabalho na iniciativa CREE. |
| Certificados de Recebíveis de Eficiência Energética e Geração Distribuída | Atender às necessidades de investimento de empresas/projetos, não necessariamente estruturados como S.A., e, dependendo de contarem com incentivos tributários, potencialmente alargar a | <i>Miriam Signor (Stocche Forbes)</i> <i>Thiago Wscieklica (Consultor)</i> | Etapa de atualização e comentários da cartilha sobre CREEs. Analisando a agregação de teste de conceito e estudo de viabilidade. |

| | | | |
|--|---|---------------------------------|---|
| | base de investidores e aumento no volume do mercado de capitais | | |
| Modelo Financiamento Off-balance sheet para projetos de Eficiência energética | Estruturação de <i>projetos off-balance</i> permitiria a segregação de riscos, receitas, custos e despesas por projetos, sem onerar o balanço da empresa. | Em definição | Estudo de viabilidade da aplicação da estrutura em vista da IFRS 16 |
| Barreiras ao acesso às debêntures incentivadas de Infraestrutura | Fomentar discussão técnica visando alargar a possibilidade de financiamento via mercado de capitais | Alexei Bonamin (Tozzini Freire) | Discussão sobre portaria (Absolar e MME) |
| Fundo Garantidor de Crédito para Eficiência Energética (FGEnergia) | Mitigar riscos e facilitar a concessão de crédito para o financiamento de projetos de eficiência energética. | Rodrigo Bacellar (BNDES) | FGEnergia foi aprovado e priorizado no 3o PAR Procel. LAB apoia o desenvolvimento e a interação com instituições financeiras. |

- Iniciativa Fundo Garantidor de Crédito para Eficiência Energética (FGEnergia)

A iniciativa foi relatada pelo Rodrigo Bacellar, do BNDES, instituição gestora do Fundo Garantidor. O FGEnergia foi o 2º colocado no programa do PAR Procel 2020, que direcionou R\$ 30 milhões de reais para o fundo. O modelo técnico-quantitativo para a seleção dos projetos que terão outorga de garantia pelo fundo já foi concluído, e no momento estão interagindo com o jurídico da Eletrobrás para a elaboração do contrato.

Em paralelo, estão também em conversa com ABDE e Febraban, no âmbito do Comitê de Sustentabilidade, para apresentar o fundo e solicitar contribuição com o preenchimento de questionário com informações que serão importantes para modelar os parâmetros do Fundo Garantidor (ticket-médio, *stop-loss*, tipo de empresa/porte).

Concomitantemente, o BNDES também está interagindo com outras instituições que demonstraram interesse em contribuir para viabilizar a captação de recursos adicionais, em complemento ao Procel. A expectativa é alavancar ainda mais os recursos do Procel com a atração de capital externo para o fundo. No momento, estão sendo conduzidas conversas com GCF, kfW, contando com apoio importante do FiBras para elaboração do *funding proposal* para

o GCF. Finalmente, o objetivo é finalizar a estruturação do fundo até maio, celebrar o contrato com a Eletrobras em junho e iniciar as atividades do fundo em julho de 2021.

Sobre a possibilidade de disponibilização do Fundo para as chamadas públicas de projetos de eficiência energética das concessionárias de energia, para os projetos do PROPEE, foi colocado que em um primeiro momento, o fundo vai garantir financiamentos bancários apenas. Contudo, pode ajudar no sentido de fiança bancária, compartilhando o risco com o banco que está analisando o crédito. A ajuda é indireta, porque quem acessa o fundo é a instituição financeira.

Foi ressaltado que o FGEnergia foi um projeto muito exitoso, e um resultado concreto do LAB como espaço de inovação.

- **Iniciativa de Certificados de Recebíveis de Eficiência Energética e Geração Distribuída**

A criação de um certificado de recebíveis para eficiência energética (CREE) e geração solar distribuída é uma medida propositiva, pois depende da criação de uma lei para ser instituída. Até o momento, foi elaborada uma proposta de cartilha informativa, trazendo conceitos acerca de eficiência energética e comparação do CREE com instrumentos semelhantes, CRI, CRA e outros. A cartilha ainda está em formato preliminar e receberá contribuições dos membros do grupo.

A cartilha contemplaria também os *White Certificates*, mas foi decidido que eles seriam tratados em documentos específicos. A ideia depois do mapeamento é refletir como implementar algo semelhante no Brasil.

As iniciativas do LAB foram comentadas pelo representante do MME, que ressaltou a busca de soluções de mercado para questões de eficiência energética, geração distribuída e fontes renováveis. Sobre a parte de eficiência energética e fontes renováveis, o MME está envolvido na elaboração de uma proposta no âmbito da MP 998, na forma de tratamento dos serviços ambientais das fontes de energia, para discutir com agentes da sociedade, e no LAB, quais seriam os benefícios ambientais das fontes renováveis. O intuito é criar mecanismos para que a sociedade possa valorar e remunerar as fontes de energia usando mecanismos de mercado.

CONCLUSÃO E ENCERRAMENTO

Nesta reunião pode-se perceber que já há muito conteúdo, resultados concretos e avanço nas iniciativas e ao mesmo tempo muito trabalho a ser feito, o que reforça a importância do engajamento ativo dos membros.

Link para Gravação da Reunião:

<https://drive.google.com/file/d/1kUgzkJoXfgM91RGqRsDOuNdwLmseHY5M/view?usp=sharing>